

**HABEAS CORPUS Nº 471.974 - SP (2018/0257071-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : ERICO DELLA GATTA  
**ADVOGADO** : ERICO DELLA GATTA - SP216171  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : NEILTON DO CARMO SANTOS (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ALEGADA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS. INEXISTÊNCIA. PACIENTE E ADVOGADO DATIVO DEVIDAMENTE INTIMADOS. CIÊNCIA DA DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NULIDADE AFASTADA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. O *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. *Este Tribunal Superior pelas duas Turmas que compõem a Terceira Seção, vêm afirmando que em respeito às garantias constitucionais ao contraditório e à ampla defesa, verificada a inércia do profissional constituído, configura cerceamento de defesa a nomeação direta de defensor dativo sem que antes seja dada oportunidade ao acusado constituir novo advogado de sua confiança (HC n. 291.118/RR, Rel. Min. JORGE MUSSI, Quinta Turma, Dje 14/8/2014).*

3. No caso, após a renúncia do causídico anterior, o Juiz determinou intimação para constituição de novo advogado em 10 dias; no entanto, o novo advogado somente apresentou procuração mais de 1 ano depois, o que justificou a nomeação de defensor dativo.

4. Por outro lado, tanto o paciente como seu advogado dativo foram devidamente intimados do julgamento popular, dando início à contagem do prazo recursal.

5. Por fim, o paciente, no momento do julgamento da apelação, era representado por advogado dativo, que foi devidamente intimado acerca da data do julgamento do recurso, inexistindo a apontada nulidade.

6. *Habeas corpus* não conhecido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

